

A política social do Governo Chávez: quais os avanços?

Kátia Alves Fukushima
katia_alves1981@yahoo.com.br
Universidade Federal de São Carlos
UFSCar

Área Temática
Política Comparada
Mesa
Los gobiernos de izquierda en América Latina

"Trabajo preparado para su presentación en el VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, organizado por la Asociación Latinoamericana de Ciencia Política (ALACIP).
Bogotá, 25 al 27 de septiembre de 2013."

A política social do Governo Chávez: quais os avanços?¹

RESUMO

A questão que norteia o presente artigo está diretamente vinculada à concepção de democracia no governo Chávez e sua relação com a dimensão social. Desde o fim da década de 1990, a Venezuela tem passado por mudanças relevantes, configurando “novas” formas de pensar a democracia, bem como, a relação liberdade e igualdade no projeto democrático. Desde a vitória de Chávez nas eleições de 1998, uma nova visão política, econômica e social passou ocupar espaço no país. Seu governo situa-se em um processo de rupturas com o sistema político vigente até 1998, constituindo-se em um novo bloco no poder, em que o presidente Chávez conseguiu se utilizar do aparelho do estado para difundir sua ideologia e construir uma nova hegemonia no país. A denominação de “democracia participativa e protagônica” apresentada por Chávez na Constituição de 1999 pressupõe, para além das liberdades civis e políticas, a igualdade social. Durante 14 anos no poder, Chávez possuía significativa legitimidade perante a população. Esta, explicada por suas políticas sociais, as chamadas “Missões Bolivarianas”. Neste sentido, nosso intuito consiste em analisar o governo Chávez a partir dos avanços sociais, buscando mostrar se houve o fortalecimento da justiça social (no que se refere à educação, saúde e emprego), a diminuição da pobreza e a melhor distribuição de renda. Para tanto, tal análise se fará a partir da base de dados do Latinobarómetro, CEPAL e PNUD.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPQ, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

I. INTRODUÇÃO

*“Uma tal pobreza é devastadora, frustrando todos os tipos de oportunidades de participação política social, quando não ameaça a própria vida”
(HARDT e NEGRI, 2005, p.351).*

O debate sobre a democracia venezuelana e sua relação com a América Latina se tornou proeminente no final da década de 1990, especialmente, quando Hugo Chávez, um *outsider* do cenário político venezuelano e uma figura polêmica no que se refere aos seus discursos inflamados, assumiu o poder. A literatura sobre governo Chávez mostra um debate extremamente acalorado entre simpatizantes e não simpatizantes com seu governo (ELLNER, 2010; ARCOS, 2009; WEISBROT, RAY, SANDOVAL, 2009), o que gerou uma infinidade de classificações para a democracia venezuelana, como: democracia participativa, democracia pragmática, democracia delegativa, democracia iliberal, democracia social e até pseudodemocracia² (SILVA, 2009; SMITH E ZIEGLER, 2009; PROGREBINSCHI, 2013). Seguindo a afirmação de Tito Lacruz (2006, p163), *“La caracterización de la Revolución Bolivariana o del chavismo es aún tema que se debate con muchas pasiones”*. Portanto, um tema complexo que requer um olhar pormenorizado em relação ao contexto em que se insere, bem como, aos diferentes âmbitos de análises: político, social, econômico e/ou cultural.

Em um cenário marcado por uma infinidade de queixas da população venezuelana ao sistema político vigente de 1958 a 1998, tais como, a corrupção, o sistema de partidocracia, a pobreza, a ineficácia dos órgãos públicos e a deterioração da vida dos venezuelanos, surgiu a figura de Hugo Chávez (LACRUZ, 2006). Em um primeiro momento, em 1992, como o líder de um movimento militar contra o governo vigente de Carlos Andrés Pérez³. Esse movimento foi sufocado pelo governo e Chávez foi preso, todavia, fez antes um breve discurso em cadeia de televisão, que constituiu no marco comunicacional, tornando-o conhecido por toda Venezuela como o líder do Movimento Bolivariano (FUKUSHIMA, 2008 e 2010). Já no segundo momento, em 1998, Chávez apresentou-se como o candidato a presidente da República da Venezuela.

Podemos afirmar, em convergência com parte da literatura (PENFOLD, 2001; ROMERO, 2005; VILLA, 2005; FUKUSHIMA, 2010), que a ascensão de Chávez foi favorecida pelo contexto político, econômico e social, caracterizado pela intensa crise do pacto firmado entre os atores políticos tradicionais (destaque para os Partidos – Ação Democrática e COPEI; os setores empresariais; os setores sindicais; os setores militares entre outros), bem como, pelo descrédito da população nas instituições políticas⁴, visto, na reação social de 1989, conhecida como *Caracazo*, em que setores de classe média e setores marginalizados da sociedade saíram às ruas reclamando por direito a participação política e por maior atenção do Estado, em contraposição às políticas neoliberais (LOPEZ MAYA,

² A maioria dessas adjetivações acrescidas ao conceito de democracia surgiu no período da terceira onda de democratização, quando alguns autores buscaram classificar as democracias existentes, como O'Donnell com o conceito de “democracia delegativa”, Merkel com o conceito de “democracia defeituosa” e Diamond, Linz e Lipset com o conceito de pseudodemocracia (Sobre o tema ver: COLLIER e LEVITSKY, 1997).

³ Carlos Andrés Pérez foi afastado do governo, em 1993, sob a acusação de corrupção.

⁴ Esse descrédito nas instituições também é explicitado pela abstenção eleitoral. Em 1993, se verificou um aumento de 21, 76% no percentual de abstenção comparado ao pleito anterior, chegando a uma taxa de 39,84 % (FUKUSHIMA, 2010).

2005). Como afirma Lacruz (2006. P.180), “*Ha sido el deterioro de la vida del venezolano y de sus instituciones la principal puerta de entrada para la experiencia de la Revolución*”.

De acordo com a base de dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), ao longo da década de 1990, houve expressivo aumento da taxa de pobreza na Venezuela, alcançando em 1999 um total de 49,4%. A taxa de indigência subiu de 14,4% em 1990 para 21,7% em 1999. Os gastos sociais que eram 10,06% do PIB (Produto Interno Bruto) foram reduzidos a 7,3% em 1996.

Na realidade a situação venezuelana, foi mais um dos casos em que as crises políticas, econômicas e sociais provocadas pelas medidas neoliberais (como forte ajuste fiscal e privatizações) geraram intensas manifestações⁵, em toda a região da América Latina contra as desigualdades, as injustiças e a corrupção nos governos.

Hardt e Negri (2005) descreveram este período como um novo ciclo internacional de lutas que estavam atreladas em torno das questões da globalização. Para estes autores,

O que as forças mobilizadas nesse novo ciclo global têm em comum não é apenas um inimigo comum – chame-se ele neoliberalismo, hegemonia americana ou Império global -, mas também práticas, linguagens, condutas, hábitos, formas de vida e desejos comuns de um futuro melhor (HARDT e NEGRI, 2005, p279).

Neste sentido, Hardt e Negri (2005: p 341) apontam para três pontos comuns da variedade de queixas presentes nestas mobilizações, quais sejam: a crítica às atuais formas de representação, os protestos contra pobreza e a oposição à guerra.

A crítica às atuais formas de representação é explicitada pelo descrédito nas instituições políticas diante das limitações presentes nas democracias representativas liberais no que se refere à área social. Este fato “têm estimulado não somente a crítica a este modelo, mas também a valorização de outro modelo que estimule a participação direta dos cidadãos” (JORGE, 2009: 198).

No entanto, sem negar as singularidades das mobilizações ocorrida a partir do final da década de 1990 na América Latina e os contextos de cada país, podemos afirmar que uma das consequências dessas mobilizações situou-se em torno do “voto castigo⁶”, que permitiram a ascensão ao poder de governos à esquerda e/ou progressistas⁷, como possibilidade de mudanças. Na Venezuela a representação dessa ascensão esteve na figura de Hugo Chávez.

Com um discurso de rupturas aos atores políticos tradicionais venezuelanos, anti-imperialista e de repúdio às políticas neoliberais, Chávez conquistou a confiança daqueles que estavam descontentes com o sistema político no país. Sua campanha eleitoral para a eleição de 1998 e sua vitória com 56,2% dos votos, demonstraram que o mesmo fizera uma boa leitura do contexto venezuelano, falando o que a população queria ouvir.

⁵ Dentre as manifestações podemos citar os protestos de 1999 contra a reunião de Cúpula da OMC em Seattle; os encontros anuais do Fórum Social Mundial e fóruns regionais em busca de um mundo melhor; o movimento dos “*piqueteros*” na Argentina; e os protestos conhecido como *Caracazo* na Venezuela em 1989 (HARDT e NEGRI, 2005; MAYA, 2005).

⁶ Apresentamos o conceito de “voto-castigo”, neste texto, como o processo pelo qual os eleitores rejeitaram aqueles atores políticos tradicionais que até então ocupavam os poderes políticos, como forma de castigo.

⁷ Além da vitória de Chávez em 1998 nas eleições presidenciais, se seguiram outras vitórias de candidatos progressista e/ou de esquerda na América Latina, como Lula no Brasil (2002), Néstor Kirchner na Argentina (2002), Tabaré Vázquez no Uruguai (2004), Evo Morales na Bolívia (2005), Michele Bachelet no Chile (2006), Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua (2006), Fernando Lugo no Paraguai (2008), Mauricio Funes em El Salvador (2009) e, recentemente, Ollanta Humala no Peru (2011).

Em 1999, Chávez tomou posse da presidência e classificou o mesmo ano como o ano da Refundação da República (CHÁVEZ, 2005). Esta classificação não foi mero discurso. De fato, houve a refundação da república consagrada com a promulgação de uma nova Constituição. Esta, por sua vez, apresentou em seu texto a redenominação de República de Venezuela para República Bolivariana de Venezuela, bem como, insere um novo conceito de democracia: a democracia participativa e protagônica. Configurou-se, a partir de então, um novo bloco no poder. É, neste sentido, que seu governo situou-se em um processo de rupturas com o sistema político vigente até 1998, em que Chávez, se utilizando do aparelho do estado construiu uma nova hegemonia no país: “a hegemonia chavista”.

Chávez governou a Venezuela por 14 anos (1999-2013), tendo sido eleito com 55% dos votos para mais um mandato (2013 a 2019), que, todavia, vítima de uma enfermidade, faleceu antes de tomar posse. O interessante desses 14 anos de governo Chávez foi sua significativa legitimidade, demonstrada pelas sucessivas vitórias entre eleições e referendos (vencendo 15 processos eleitorais dos 16 realizados durante seus mandatos).

Entendemos que o que torna o governo Chávez *sui generis* é que o mesmo recoloca o debate sobre a relação liberdade e igualdade, a partir do momento em que o eixo de seu projeto político situava-se em torno da política social. Esta, entendida “como a política que cobre um conjunto de campos relacionados à melhoria das condições de vida da população e que se diferencia das esferas da gestão econômica e político-institucional e da infraestrutura em geral” (BLANK, 2012). Partimos do pressuposto de que uma breve análise do governo Chávez, a partir de suas políticas e avanços sociais, aponta no limite para o “empoderamento” (*empowerment*) da sociedade civil. Este, entendido como o processo de expansão das capacidades dos cidadãos, em especial, os menos favorecidos, para decidir, negociar, influir, controlar e participar de forma a obter instituições responsáveis (DELGADO, 2008). O empoderamento constitui o resultado de processos políticos no âmbito dos indivíduos e/ou grupos. (HOROCHOVSKI e MEIRELLES, 2007).

Neste sentido, o objetivo do presente artigo consistiu em demonstrar o governo Chávez a partir dos avanços sociais, buscando mostrar se houve o fortalecimento da justiça social (no que se refere à educação, saúde e emprego), a diminuição da pobreza e a melhor distribuição de renda. A análise se fundamentou a partir da base de dados do Latinobarómetro, CEPAL e PNUD, bem como de dados oficiais do Banco Central da Venezuela.

O artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, se apresenta o contexto que culminou com a ascensão de Chávez e a constituição de uma nova hegemonia. Em seguida levantamos uma discussão sobre os aspectos da democracia participativa e *protagônica*. Na segunda seção, ponderamos sobre os avanços sociais do governo Chávez, apresentando alguns dados sistemáticos e, logo, tecemos algumas considerações.

II. A concepção de democracia no governo Chávez

Chávez venceu as eleições presidenciais de 1998 na Venezuela, liderando o que ele chamava de Revolução Bolivariana. Durante sua campanha e mesmo durante seu governo, Chávez convocava o “povo” a impulsionar “mudanças profundas na estrutura política, econômica e social [da sociedade venezuelana], para refundar a República com base na

justiça social e combater os três grandes males da [...] sociedade: a exclusão, a corrupção moral e a desnacionalização” (MINCI, 2006, p. 9, tradução nossa).

A ascensão de Chávez e a promulgação de uma nova Constituição, aprovada por referendo popular, consagrou uma nova concepção de democracia. A IV República e sua democracia pactuada⁸ foram substituídas pela “*democracia participativa e protagónica*”⁹.

No entanto, para a compreensão da democracia na era Chávez, alguns fatores se tornaram proeminentes, como o discurso chavista, a Constituição de 1999 e seu projeto político.

O discurso “chavista” se constituiu em uma variável significativa nas relações de poder tanto interna quanto internacionalmente. Através de seus discursos, Chávez impulsionou a participação política e combateu a desnacionalização, que para ele era um dos grandes males da sociedade venezuelana. A utilização estratégica de símbolos de nacionalidade, com destaque para o uso do ideário de Simón Bolívar, criou um sentido de nação e identidade no povo venezuelano. Chávez apresentou uma narrativa, carregada de amplo leque ideológico (com referência a vários líderes de esquerda), com constante alusão à “Revolução Bolivariana” e à “construção do Socialismo do Século XXI”. Chávez, neste sentido, trouxe em sua narrativa um propósito de participação para os venezuelanos. A constante referência ao povo, especialmente no seu programa dominical “Alô Presidente”, como sujeito carregado de valores sociais positivos, de civilidade e cidadania, instituiu uma relação intimista e de confiança com o povo, colocando-o como o sujeito da democracia. No entanto, vale lembrar que Chávez, também, na maioria das vezes quando se referia à oposição, seja ela interna ou externa, apresentava um discurso de confrontação, acentuando a polarização do cenário político e social venezuelano (FUKUSHIMA, 2008).

O fato é que o carisma de Chávez e a polarização com as elites políticas tradicionais, somada ao fortalecimento do poder executivo, alçaram o debate sobre o retorno do “populismo”. O discurso chavista *antiestablishment* e suas políticas voltadas aos setores marginalizados, o aproxima do populismo clássico. No entanto, muitos críticos buscam semelhanças do governo Chávez com o “neopopulismo” da década de 1990, que era associado a Fujimori e Menem, devido à ênfase do poder no executivo, à recorrência de decretos executivos, à legitimação plebiscitária da autoridade, à retórica antipartidos e ao discurso messiânico (ELLNER, 2003). Estas características foram destacadas por O’Donnell quando o mesmo discutiu o conceito de democracia delegativa (PROGREBINSCHI, 2013). Por estes aspectos que se classifica a democracia venezuelana da era Chávez como democracia delegativa (ÁLVAREZ, 2002). Segundo Ellner (2003, p. 20), embora se encontre semelhanças, uma série de características políticas e circunstanciais diferencia o governo Chávez do populismo clássico e do neopopulismo, como o desenvolvimento social, suas posições antineoliberais, sua política externa independente e o estímulo às mobilizações populares.

Para além do discurso, Chávez fundamentou a *democracia participativa e protagónica* na Constituição de 1999.

O povo de Venezuela, no exercício de seus poderes criadores (...) com a finalidade suprema de refundar a República para estabelecer uma sociedade democrática, participativa e *protagónica*, multiétnica e pluricultural em um Estado de justiça, federal e descentralizado, que consolide os valores da liberdade, a independência, a paz, a solidariedade, o bem comum, a integridade territorial, a convivência e o império da lei para esta e futuras gerações; que assegure o direito à vida, ao trabalho, à

⁸ IV República consistiu no período (de 1958 a 1998) que antecede o governo Chávez.

⁹ Termo apresentado na Constituição da República Bolivariana da Venezuela, promulgada em 1999.

cultura, à educação, à justiça social e à igualdade sem discriminação nem subordinação alguma [...]; em exercício de seu poder originário representado pela Assembleia Nacional Constituinte mediante o voto livre e em referendo democrático, decreta a seguinte Constituição (VENEZUELA, 1999, tradução nossa).

Como podemos observar no preâmbulo do texto constitucional, a presença de termos como participação, justiça, liberdade, igualdade, poder do povo, refundação da república, demonstraram o objetivo de se criar um novo bloco no poder e alterar o déficit em termos de igualdade e soberania popular, criando um Estado Social de Direito e de Justiça (ANZOLA NIEVES, 2007).

Dentre as modificações presentes na Constituição de 1999, encontram-se:

- a mudança do nome de República de Venezuela para República Bolivariana de Venezuela. Nesta modificação, podemos observar que o resgate do ideário de Simón Bolívar constituiu na marca do governo Chávez, bem como, no elemento estratégico para combater a chamada desnacionalização do povo venezuelano.
- A criação do Poder Cidadão que se estabelece em um controle nas mãos do cidadão para fiscalizar a administração pública;
- a Criação do Poder Eleitoral, que é exercido pelo Conselho Nacional Eleitoral. Neste, a sociedade civil, passou a ter o poder de postular-se como membros do Conselho Nacional Eleitoral (LACRUZ, 2006, p.165).
- a utilização de plebiscitos e referendos;
- a possibilidade de convocar referendo para consultar sobre a continuidade dos mandados de eleição popular na metade de seu período¹⁰ (artigo 72, da Constituição).
- a eleição direta pelo voto popular dos membros (Juizes e magistrados) do Supremo Tribunal de Justiça;
- a expansão do sufrágio aos militares e, logo, a incorporação destes às políticas de desenvolvimento, com a finalidade de garantir o fim de sua exclusão da vida nacional;

Também se verificou o reconhecimento constitucional da sociedade civil, a partir da presença na Constituição de uma infinidade de conceitos que compõe a mesma, como sociedade ou comunidade organizada, setores da sociedade, organizações não governamentais, povos e comunidades indígenas, sindicatos e associações. A sociedade civil, na concepção chavista, ganhou um caráter plural, composta por sujeitos ativos que trabalham a partir “do público e por interesses coletivos”, distinguindo-se da concepção de sociedade civil, característica da década de 1990, composta por indivíduos determinados pela necessidade representada no mercado (GÓMEZ-CALCAÑO, 2005). A ampliação dos espaços de participação e deliberação; a criação em 2006 do “Parlamento de *Calle*”, que tinha como objetivo promover a discussão dos projetos de lei em assembleias organizadas pela Assembleia Nacional e; a regulamentação dos Conselhos Comunais, a partir da Lei dos Conselhos Comunais, dá a participação um caráter popular, não estando restrita, apenas, às relações corporativistas. Neste sentido, a Constituição Bolivariana apresenta como um dos princípios a corresponsabilidade que implica na colaboração entre Estado (compromisso) e sociedade civil (participação) nas responsabilidades dos assuntos públicos (ANZOLA NIEVES, 2012).

Diante do exposto, embora se constate uma centralização do poder no executivo – a partir da extensão do mandato presidencial para seis anos, com possibilidade de reeleição

¹⁰ Este mecanismo foi utilizado pela oposição ao governo Chávez, que coletou assinaturas necessárias para convocar um referendo revogatório do mandato de Chávez. O referendo ocorreu em 15 de agosto de 2004, cujo resultado, deu a possibilidade de Chávez – com 59,09% dos votos – continuar seu mandato.

ilimitada¹¹, da instalação de um Conselho de Governo e da substituição do Congresso bicameral pela Assembleia Nacional unicameral – não se pode negar à presença de mecanismos participativos na Constituição de 1999, o que mostrou significativa diferença em relação à Constituição anterior cujo eixo central era a consolidação da democracia e por isso se caracterizava por mecanismos corporativistas entre Sociedade Civil e Estado. Segundo López-Maya (2005a: 350), o conteúdo da Constituição “revelava o embrião de um projeto político alternativo ao neoliberal, e que recolhia as reivindicações que vinham sendo elaboradas tanto na política das ruas como nos espaços institucionais”.

Seguindo a análise de Tito Lacruz (2006), podemos afirmar que a Constituição de 1999 apresentou uma nova ideia de cidadania social, a partir do conceito de corresponsabilidade entre o Estado e os cidadãos. Neste sentido, o caso venezuelano demonstrou que a forte presença do executivo, ao invés de desanimar, alentou ainda mais a participação popular.

Durante os 14 anos em que governou a Venezuela, Chávez construiu uma agenda social, por meio da implementação de políticas equitativas de melhorias das condições de vida da população, em especial, aquelas mais marginalizadas. Estas, por sua vez, denominadas pelo governo de Missões Bolivarianas, somadas às políticas de estímulo à participação constituíram o eixo do projeto político chavista. Para tanto, o Estado assumiu neste período o papel central na promoção dos direitos sociais, bem como, na regulação das relações econômicas.

Estes elementos tornaram o modelo de democracia participativa e protagônica de Chávez peculiar. Tal modelo se aproximou à ideia de democracia participativa ou semidireta, em que o governo estende o conceito de democracia do âmbito eleitoral para a esfera social, enfatizando a participação da cidadania e a presença de mecanismos de controle da sociedade civil sob o governo.

O debate atual sobre a democracia na América Latina e a concepção de democracia participativa foi colocado em contraposição à democracia representativa liberal. As principais análises dos regimes latino-americanos, neste sentido, situaram entre os teóricos que defendem a democracia representativa liberal e os teóricos que defendem a democracia participativa ou chamada “democracia radical” (ELLNER, 2010). As análises dos primeiros apontam como variáveis fundamentais da democracia o respeito aos direitos individuais e as instituições como os partidos políticos e o Poder Legislativo. Já os que defendem a democracia participativa enfatizam o papel da cidadania ativa no controle de seus representantes. De acordo com Jorge (2009: 193) os dois modelos não são necessariamente incompatíveis, todavia, “os defensores de um modelo tendem a ver o outro como obstáculo ao modelo que defendem”. Sobre a democracia venezuelana na era Chávez o debate não foi diferente.

Chávez recolocou o tradicional debate da democracia: a relação igualdade e liberdade. Mas não como uma relação excludente. Como o mesmo afirma, “não se pode separar a liberdade e a igualdade”. Neste sentido, a política do governo Chávez não representou o fim da democracia representativa, mas a implementação de mecanismos participativos e de deliberação que possibilitam corrigir as falhas que a mesma apresenta.

O governo Chávez, ou melhor, e convergindo com Progrebinschi (2013, p.6, tradução nossa), “a esquerda latino-americana parece ter desenvolvido um método, de governo específico, com meios dirigidos a gerar políticas sociais e bens públicos que vão além das formas convencionais e superam os limites reconhecidos das instituições liberais”. No entanto, quando se avalia a qualidade da democracia na Venezuela, para além

¹¹ A possibilidade de reeleição ilimitada foi aprovada por Referendo em 15 de fevereiro de 2009 com 54,85% dos votos (CNE – Venezuela).

das críticas, esta, durante o Governo de Hugo Chávez, preservou as instituições representativas com eleições livres e justas, competição entre os partidos políticos, separação dos poderes e Estado de direito (PROGREBINSCHI, 2013).

Independientemente de las disputas en torno al carácter populista o incluso autoritario del gobierno (Diamond 2008; Hawkins 2010; Corrales y Penfold 2011) y de las acusaciones por el desmantelamiento del anterior sistema de partidos (Mainwaring 2012), hay que reconocer que las instituciones representativas fueron totalmente preservadas durante el largo período que Chávez permaneció en el poder (PROGREBINSCHI, 2013).

Neste sentido, podemos afirmar, seguindo a análise de Santos e Avritzer (2002) e Pogrebinschi (2013), que as novas experiências de participação fora dos órgãos legislativos durante o governo Chávez, formam parte do processo de democratização. Ou seja, as experiências, através da adoção de mecanismos de democracia participativa por parte do governo chavista “expressam e contribuem para reforçar a existência de cidadãos-sujeitos e de uma cultura de direitos que inclui o direito a ser co-participante em governos locais” (DAGNINO, 2004). O governo Chávez, portanto, apresentou durante seu governo uma democracia social, com ênfase na participação e na equidade social, que corrobora para o empoderamento dos cidadãos e para a qualidade da democracia.

III.14 anos de governo chavista: as políticas sociais e seus avanços

Como vimos, a democracia participativa e protagónica apresentou como eixo: a dimensão social, presente tanto nos discursos, quanto na Constituição de 1999 e, no limite, em seu projeto político. Neste sentido, apresentamos nesta seção os avanços sociais durante o governo as possíveis consequências para a sociedade venezuelana.

Os dois primeiros anos do governo Chávez (1999-2000) foram marcados especialmente por reformas institucionais (Assembleia Constituinte e Constituição, reforma de ministérios, processos eleitorais), consolidando a passagem da IV República ou democracia pactuada (1958-1998) para a democracia participativa e protagónica ou a V República.

Após esses dois primeiros anos, podemos dividir o governo Chávez em duas etapas, que se referem a dois mandatos¹² e, logo, a dois Planos de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2001-2007) (2007-2013)¹³.

O primeiro Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (2001-2007) apresentava as seguintes linhas gerais:

- Âmbito Econômico: desenvolver a economia produtiva através do aumento e diversificação da economia exportadora não petrolífera;
- Âmbito Social: alcançar a justiça social, desenvolvendo processos de articulação entre políticas sociais e econômicas;
- Âmbito Político: Construir a democracia bolivariana, através da transformação estrutural do aparato do Estado em função do desenvolvimento do novo marco jurídico institucional;

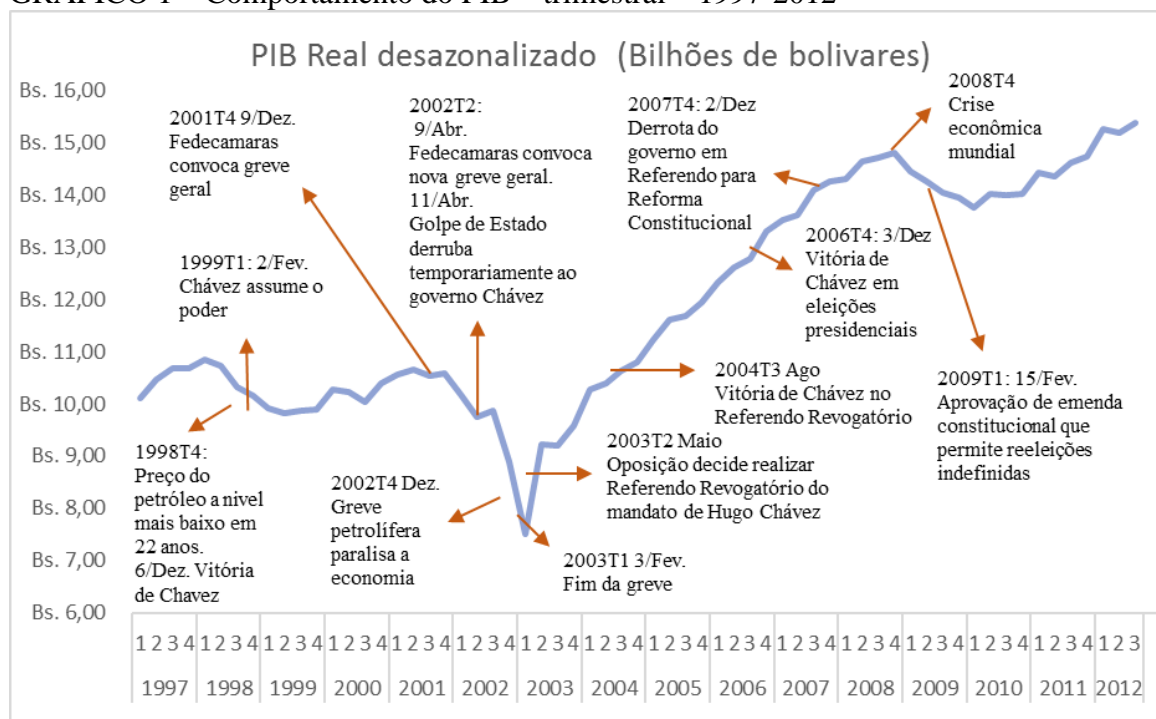
¹² Vale lembrar que em 2000 foram realizadas eleições gerais na Venezuela diante da nova ordem constitucional.

¹³ Asamblea Nacional, 2008.

- Âmbito Territorial: Ocupar e consolidar o território, promovendo a ocupação nacional harmônica e eficiente do território, sobre a base do aproveitamento das potencialidades de cada região;
- Âmbito Internacional: Fortalecer a soberania nacional e promover um mundo multipolar, através da pluralização das relações internacionais, gestando espaços multipolares.

No entanto, neste mandato o governo enfrentou forte reação dos setores oposicionistas. A quebra de hegemonia dos atores políticos tradicionais e das elites econômicas, somadas ao fortalecimento de Hugo Chávez, levou a um cenário polarizado entre governo e a oposição. A oposição partidária juntamente com setores empresariais, sindicais e de classe média alta, buscando manter o *status quo* do período da democracia pactuada, promoveram inúmeras tentativas, entre greves, golpes e boicotes as eleições, para derrubar Hugo Chávez do poder. Este cenário influenciou visivelmente no crescimento econômico do país, como podemos observar no Gráfico 1, que mostra o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) no período de 1997 a 2012.

GRÁFICO 1 – Comportamento do PIB – trimestral – 1997-2012



Fonte: (WEISBROT, RAY e SANDOVAL, 2009); Banco Central de Venezuela (BCV). Cálculo e notas acrescidas pelo autor.

O período mais crítico do governo Chávez¹⁴, conforme mostra o gráfico acima, foi de 2001 ao primeiro trimestre de 2003, com forte recessão econômica, advindos das greves gerais convocadas pela Federação Venezuelana de Câmaras e Associações de Comércio e Produção (Fedecâmaras); dos conflitos políticos, em especial, o golpe de abril de 2002 que

¹⁴ Os conflitos com o governo foram acirrados com a promulgação em 2001 de 49 decretos, através das Leis Habilitantes. De acordo com o artigo 203 da Constituição venezuelana, as Leis Habilitantes são aquelas promulgadas pela Assembleia Nacional por 3/5 de seus membros, a fim de estabelecer as diretrizes, objetivos e matérias delegadas ao Presidente da República, com categoria e valor de lei. O presidente poderia ditar, através da Lei Habilitante, decretos com valor de lei (artigo 236.8). As leis que mais causaram desacordos foram a Lei de Hidrocarbonetos, a Lei de Pesca e a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrícola.

derrubou temporariamente o governo Chávez; e a paralisação do setor petrolífero (dezembro de 2002 a fevereiro de 2003). A variação percentual do PIB em 2002 foi de -8,9% (negativo) em relação a 2001 e, em 2003 essa variação aumentou ainda mais para -7,8% (negativo).

Somente a partir do primeiro trimestre de 2003, quando Chávez obteve o controle da empresa nacional de petróleo – Petróleos de Venezuela S. A. (PDVSA)¹⁵, a economia começou a crescer a um ritmo acelerado¹⁶. Embora o Estado fosse o maior acionista da empresa petrolífera, a mesma era administrada por grupos hostis ao então presidente Chávez, que buscaram desestabilizar seu governo através das paralisações (WEISBROT, RAY e SANDOVAL, 2009). De acordo com a literatura (SERRANO, 2003; PARKER, 2003; FUKUSHIMA, 2010), os gestores da PDVSA, diante de sua autonomia administrativa, construíram, por muito tempo, um “Estado dentro do Estado”, no qual os governos foram tendo um papel cada vez menor nas definições das políticas petrolíferas. Não foi difícil, neste sentido, explicar o porquê, com a aquisição de várias refinarias no exterior, a empresa passou a inverter grande soma de seus lucros para fora do país, abandonando aos poucos o diálogo com a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e alterando sua estratégia de produção (PARKER, 2003, p. 91). O resultado dessas ações foi à redução dos ingressos fiscais. Enquanto a participação fiscal da empresa, em 1991, era 16% do Produto Interno Bruto (PIB), em 1998, a mesma estava abaixo de 5%. (FUKUSHIMA, 2010).

Após as paralisações de dezembro de 2002 a fevereiro de 2003 do setor petrolífero, Chavez demitiu, em rede nacional de televisão, cerca de 60% dos funcionários da PDVSA, especialmente, os executivos de médio e alto escalão, assumindo, portanto, o controle da mesma (LOPEZ MAYA, 2005a). Segundo Serrano (2003), se esta atitude de Chávez foi considerada errônea, as políticas por ele empreendidas foram fundamentais para por fim aos privilégios de uma elite corporativista que por anos controlou a PDVSA.

Chávez ampliou a participação do Estado nas atividades petrolíferas e fortaleceu as relações com a OPEP, buscando recuperar os preços do petróleo no mercado mundial. A partir da reforma no setor petrolífero, o governo passou desenvolver com mais força seu Programa Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, através da ampliação dos gastos fiscais em políticas sociais. Assim, utilizando recursos provenientes do lucro do petróleo, Chávez criou, em 2003, as chamadas Missões Bolivarianas, políticas sociais que tinha como objetivo alcançar a justiça social, através do enfrentamento às causas e consequências da pobreza e da exclusão, com a participação do povo (MINCI, 2006). Para dar respaldo a essas políticas, um conjunto de instituições foi criado, como o Fundo Único Social, o Banco do Povo, o Banco da Mulher e o Banco de Desenvolvimento Social (LACRUZ, 2006, p.167).

Nas palavras de Chávez,

Las Misiones son componentes fundamentales del nuevo Estado social de derecho y de justicia. Los que estaban excluidos ahora están incluidos, junto a todos: estudiando, capacitándose, organizándose, trabajando con

¹⁵ Vale ressaltar que a Constituição de 1999, também abriu espaço no que se refere à matéria de depósitos minerais e de petróleo, estando presentes nos artigos 12, 302, 303 e 311. Em suma, a Constituição aponta que as reservas são de domínio público e, portanto, inalienáveis e imprescritíveis; O estado deve promover a manufatura nacional de matérias primas proveniente da exploração de recursos naturais não renováveis, com o objetivo de assimilar, criar e inovar tecnologias, gerar emprego, crescimento econômico e bem estar para o povo; O Estado também deve conservar a totalidade das ações da PDVSA (Venezuela, 1999).

¹⁶ A média de crescimento do PIB, entre 2004 e 2008, foi superior a 10%, apresentando uma queda apenas no último trimestre de 2008 devido à crise econômica mundial (Banco Central da Venezuela; LOPEZ MAYA, 2005a).

una nueva cultura, con una nueva consciencia. Porque las Misiones están generando una nueva realidad, incluso en el orden cultural, en el orden psicológico, en el orden ideológico y en el orden filosófico, además de la realidad concreta y práctica que están generando: en lo social, en lo económico, en lo educativo (MINCI, 2006, p. 15).

Neste sentido, o foco das Missões era atender e dar poder as “maiorias empobrecidas”, “*para que ellos mismos transformen con su propio esfuerzo la realidad política, social, cultural y económica que ha posibilitado la explotación de los pocos sobre los muchos*” (MINCI, 2006).

Desde o início do Governo chavista houve avanços com os gastos sociais¹⁷, principalmente na cobertura da matrícula escolar e na expansão das pensões para idosos (BLANK, 2012). No entanto, foi com as Missões Bolivarianas que o governo Chávez apresentou avanços significativos no que se refere à inclusão de um maior número de beneficiários às políticas sociais. Entre os anos de 2002 e 2006 a taxa de pobreza havia diminuído em 18,4% e a taxa de indigência em 12,3%¹⁸. No segundo mandato, com o segundo Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação (2007-2013), também conhecido como “Projeto Nacional Simón Bolívar” ou “Primeiro Plano Socialista da Nação” (PPSN), o governo Chávez buscou aprofundar as conquistas do plano anterior. As sete diretrizes apresentadas no Projeto Nacional Simón Bolívar eram: 1) Nova Ética Socialista; 2) Suprema Felicidade Social; 3) Democracia Protagônica e Revolucionária; 4) Modelo Produtivo Socialista; 5) Nova Geometria do Poder; 6) Venezuela como Potencia Energética Mundial e; 7) Nova Geopolítica Internacional. Estas demonstraram uma radicalização do Governo Chávez, especialmente com a proposta do chamado Socialismo do Século XXI.

Para além, da discussão sobre a proposta do socialismo no governo Chávez, que não nos cabe aqui discorrer, o mandato de Chávez de 2006 a 2013, constituiu no âmbito social, na ampliação e reformulação das Missões Sociais. De acordo com López Maya (2005a), em 2008 já havia cerca de trinta missões bolivarianas. O eixo das principais Missões situou em torno da Educação, Alimentação, Identificação, Saúde, Habitação e Emprego.

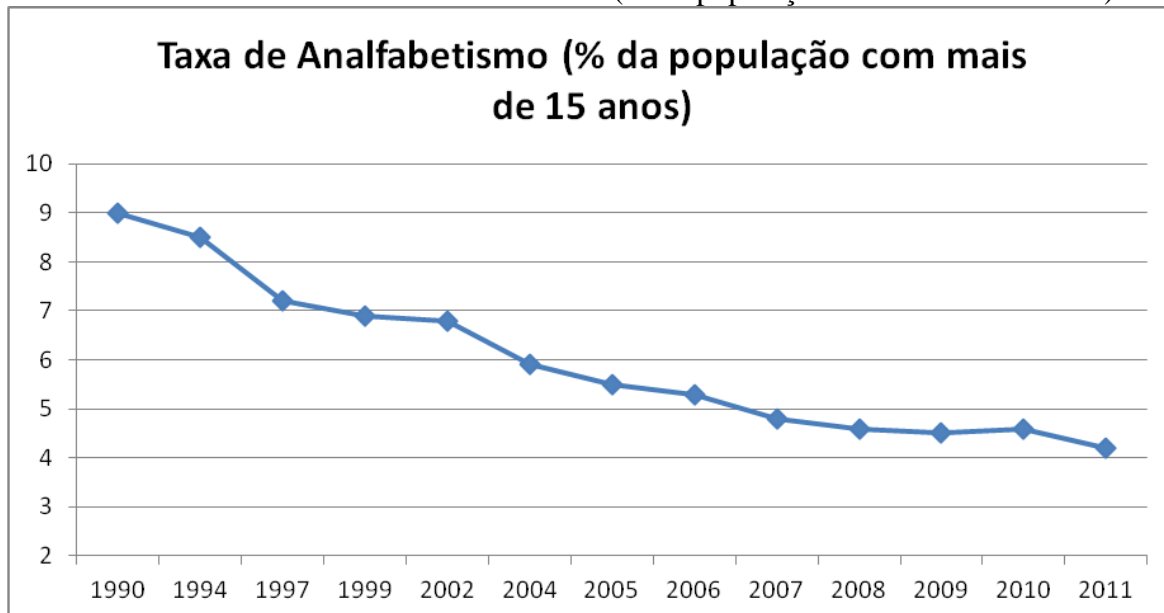
No que se refere à Educação, o governo Chávez criou programas contínuos que atende desde a gestação com Projeto *Simoncito* (educação para criança de zero a seis anos) até a construção da Universidade Bolivariana (educação superior para jovens e adultos). Nestes programas está à criação das escolas e liceus bolivarianos, bem como, a implementação nas escolas de políticas de seguridade alimentar (MINCI, 2006). A população adulta excluída, até então, do sistema educacional, passou a ser atendida com missões educativas: como alfabetização, escolarização primária e secundária e com educação superior e cursos de especialização. Dentre as principais Missões Bolivarianas voltadas para Educação estão as Missões *Robinson I e II*, a missão *Ribas* e a missão *Sucre*.

¹⁷ Entre 1998 e 2001, o governo Chávez já apresentava alguns avanços: a pobreza extrema que atingia 20,34% da população em 1998 viu-se reduzida para 16,94% em 2001. O índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que registrava 0,691 em 1998, alçou para 0,779 em 2001. O investimento em educação como porcentagem do PIB que era de 3,38 em 1998, passou para 4,85 em 2001. Os investimentos em saúde, também como percentual do PIB, saltaram de 1,36 para 1,53, no mesmo período. A taxa de mortalidade infantil que era de 21,4 por 1000 nascidos em 1998, foi reduzida para 17,7, em 2001. Depois do período de crise com a oposição (2001-2003), o governo retoma os avanços sociais através das Missões Bolivarianas (dados CEPAL).

¹⁸ Dados da CEPAL.

A Missão *Robinson I* foi lançada em junho de 2003, com objetivo de erradicar o analfabetismo. Esta política contou com o apoio de Cuba, que assessorou com o método de alfabetização cubano “*Yo Si Puedo*”, o qual foi premiado pela UNESCO (MINCI, 2006). No ano em que Chávez assumiu o poder a taxa de analfabetismo da população com mais de 15 anos era de 6,9%, em 2011 a taxa caiu para 4,2% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Taxa de Analfabetismo 1990-2011 (% da população com mais de 15 anos)



Fonte: CEPAL: Comisión Económica para América Latina y el Caribe.

A redução da taxa de analfabetismo durante o governo Chávez mostrou o sucesso da Missão Robinson I, fato este, que levou o território venezuelano a ser declarado, em 28 de outubro de 2005, livre de analfabetismo por ter alcançado as porcentagens estabelecidas pela UNESCO¹⁹.

A Missão *Robinson II* constituiu na segunda etapa da missão *Robinson*, apresentando como objetivo garantir os estudos básicos à população alfabetizada. De acordo com a Tabela 1, houve um aumento significativo no que se refere à satisfação com a qualidade da Educação Primária.

Tabela 1 – Opinião sobre a qualidade da Educação Primária – Venezuela

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA			
	1998	2001	2006
Muito boa	5,40%	13,80%	41,60%
Boa	19,60%	35,30%	35,90%
Deficiente	44,80%	36,80%	18,70%
Muito deficiente	30,30%	14,20%	3,70%

Fonte: Latinobarómetro

¹⁹ Dados PNUD.

Em 1998, apenas 25% dos entrevistados pelo Latinobarómetro consideravam a educação primária muito boa ou boa, enquanto aqueles que consideravam deficiente ou muito deficiente somavam 75,1%. Já em 2006, esses dados inverteram, sendo que 75,5% dos entrevistados apontaram a Educação Primária como muito boa ou boa, em contraposição a 22,4% daqueles que a consideravam deficiente ou muito deficiente.

A qualidade da educação secundária segundo os venezuelanos também mostrou melhorias. Enquanto em 1998, apenas 4,6% dos entrevistados pelo Latinobarómetro consideravam a Educação Secundária muito boa, em 2006 a satisfação com a qualidade da Educação Secundária aumentou significativamente para 38,6%. A melhoria na educação secundária pode ser explicada pela Missão *Ribas*, iniciada em novembro de 2003, tendo como objetivo incorporar a educação secundária e diversificada àqueles que não tiveram oportunidade de concluir ou mesmo de fazer a mesma (MINCI, 2006). A missão *Ribas* foi implementada a partir de métodos, considerados inovadores, como educação a distância e com o apoio de facilitadores, de organizações populares e de instituições públicas.

Para completar o ciclo das políticas Educacionais do governo, foi criada a Missão *Sucre*, cujo objetivo consiste em promover o acesso à educação superior de setores que não tiveram oportunidades, devido às iniquidades existentes no acesso ao sistema educacional. (MINCI, 2006). A base da missão *Sucre* está na abertura da Universidade Bolivariana de Venezuela. A satisfação com a Qualidade da Educação Universitária também aumentou expressivamente entre os anos de 2001 e 2006 (Tabela 2).

Tabela 2 – Opinião sobre a qualidade da Educação Universitária – Venezuela

QUALIDADE DA EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA			
	1998	2001	2006
Muito boa	8,90%	17,90%	43,80%
Boa	27,40%	41,50%	34,50%
Deficiente	34,90%	29,60%	17,40%
Muito deficiente	28,80%	11,00%	4,30%

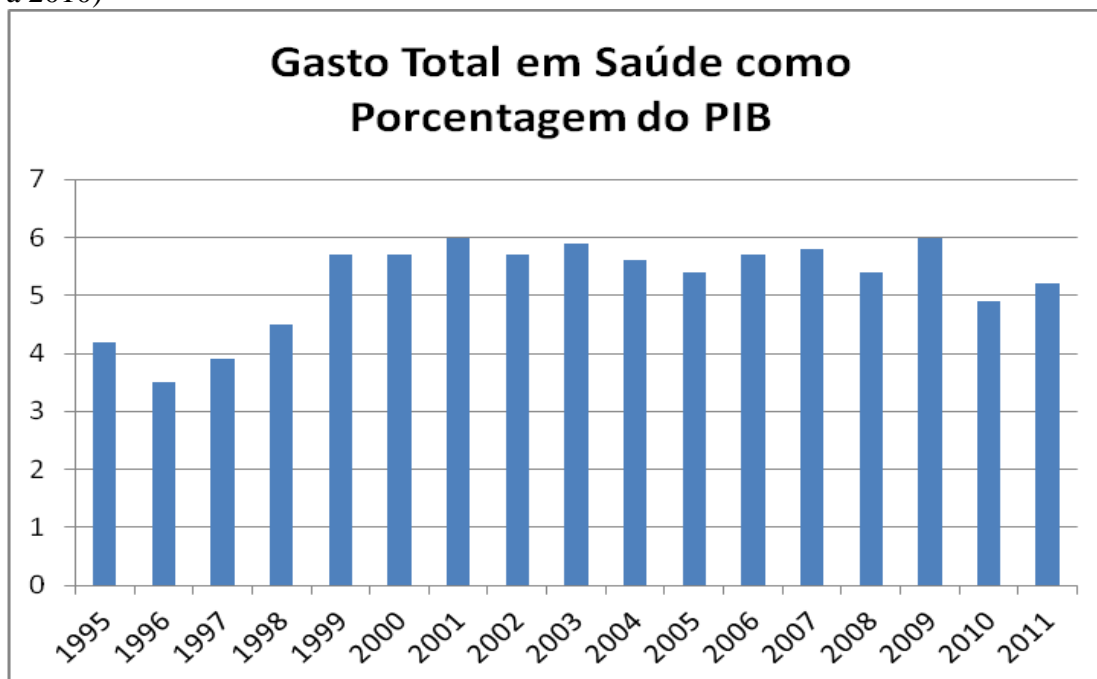
Fonte: Latinobarómetro

Com a Missão *Sucre*, o governo passou a promover a municipalização da educação superior, garantindo a integração dos estudantes em suas próprias comunidades. Assim, foi oferecida formação à distância em ambientes locais em comunidades populares e aldeias universitárias em todo território nacional (MINCI, 2006).

A partir dessas políticas sociais voltadas à educação, podemos afirmar que as mesmas foram desenhadas de acordo com o princípio descrito no texto constitucional de 1999, que aponta a educação como um direito e como um processo de construção da cidadania. Somadas às políticas educacionais, o governo também buscou promover os valores e identidades populares locais, regionais e nacionais com incentivo a leitura e publicação de livros, unindo educação e cultura.

Quanto à Saúde, o governo Chávez reconheceu os direitos à seguridade social, revogando o decreto de privatização do seguro social, passando a ser obrigação do estado o financiamento e a gestão de um sistema único e universal (MINCI, 2006). Os gastos com saúde a partir de 1999 sempre ficaram acima de 5% do PIB, com exceção de 2010 que foi de 4,9 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Gasto Total em Saúde como (%) Porcentagem do Produto Interno Bruto (1995 a 2010)



Fonte: Base de dados CEPAL e *World Health Organization* (OMS).

Como em outras áreas o processo de melhoria da saúde iniciou mais precisamente em 2003 com o desenvolvimento da Missão *Barrio Adentro*, programa de saúde popular que teve início no Município Libertador de Caracas e se estendeu a todo território venezuelano. Como a Missão Robinson, esta missão também estava baseada na experiência cubana, que contava com a prestação de serviços de saúde primárias e com a promoção de saúde preventiva e curativa nas próprias comunidades (MINCI, 2006). Assim o objetivo desta missão foi criar um modelo de gestão integrada de saúde, para atender a população excluída (LACRUZ, 2006). Para tanto, muitos médicos se mudaram para as mais variadas comunidades, contando com equipamentos necessários para tratar das principais doenças e oferecer medicamentos gratuitos. Esta missão também está articulada aos programas alimentares, serviços de odontologia e oftalmologia. Para esta Missão, através de acordos com Cuba, o governo contou com mais de 20 mil médicos cubanos. Além disso, criou-se dentro desta missão o programa de formação em medicina comunitária, buscando suprir a necessidade de médicos, bem como substituir gradualmente os médicos cubanos solidários. Assim, milhares de venezuelanos vêm se formando em medicina comunitária tanto em Cuba como na própria Venezuela (MINCI, 2006). Como segunda etapa desta missão, foram construídos Centros de Diagnósticos e Reabilitação Integral nas adjacências das comunidades.

A cooperação entre Cuba e Venezuela, também proporcionou a criação em 2004, da Missão *Milagro*. Por meio desta, as pessoas podem tratar de problemas visuais, gratuitamente em Cuba com especialistas.

De acordo com a opinião dos Venezuelanos²⁰, quando perguntados sobre ao acesso à saúde entre os anos 1997 e 2006, observa-se que houve melhoras no acesso aos serviços

²⁰ A pergunta era “Quanto acesso tem hoje com respeito a Saúde?”. A escala utilizada foi de 1 a 10, em que 01 corresponde a Nada e 10 corresponde a Tudo (Latinobarómetro).

de saúde. Em 1997 apenas 6,8% respondiam que tinham um acesso total à saúde. Em 2006, esse valor subiu para 27,1% (Tabela 3).

Tabela 3 – Acesso à Saúde (1997 e 2006)

Escala Acesso à Saúde		
Escala/Ano	1997	2006
Nada	10,40%	4,10%
2	5,40%	2,80%
3	13,80%	4,40%
4	17,30%	7,20%
5	22,50%	15,20%
6	8,80%	10,90%
7	6,20%	8,10%
8	5,70%	13,60%
9	3,00%	6,70%
Tudo	6,80%	27,10%

Fonte: Latinobarómetro

Segundos dados do Ministério do Poder Popular para a Saúde, entre os anos de 2005 e 2012, já haviam construídos 6.712 consultórios populares, 550 Centros de Diagnóstico Integral, 578 salas de reabilitação integral e 33 Centros de Alta Tecnologia. A taxa de mortalidade infantil que em 1998 atingia 20,3% (por 1000 nascidos vivos) reduziu-se para 12,9% em 2011. Essas políticas sociais voltadas para área da saúde refletiram no aumento do grau de satisfação dos venezuelanos com os serviços de saúde (Tabela 4).

Tabela 4 – Grau de satisfação com a saúde a que tem acesso (2003 a 2007)

Grau de Satisfação com a Saúde a que tem acesso					
	2003	2004	2005	2006	2007
Muito satisfeito	19,70%	28,70%	30,10%	35,80%	29,20%
Satisfeito	24,80%	28,60%	37,30%	36,10%	35,00%
Não muito satisfeito	39,10%	31,00%	26,80%	22,50%	28,60%
Nada satisfeito	16,30%	11,70%	5,90%	5,60%	7,30%

Fonte: Latinobarómetro.

No campo da habitação, o destaque foi para a “*Gran Misión Vivienda*” lançada em 2011, sendo entregue 4 15.218 novas casas, correspondendo a 57% da meta estabelecida pelo governo. No entanto, em 2002, o governo já havia criado os Comitês de Terras Urbanas, cujo objetivo era promover a organização popular para a regularização da posse

de terra nos bairros populares. Também havia a presença das Mesas Técnicas de Água que se encarregaram de viabilizar a qualidade dos serviços públicos nos bairros. Além disso, foi aprovado em 2005 a Lei de “*Protección al Deudor Hipotecario de Vivienda*”, que garante uma política de crédito justo para a proteção das classes médias e populares (MINCI, 2006). O governo também criou o Ministério de *Vivienda y el Hábitat*. O acesso à água potável que atingia a 80% da população em 1998 saltou para 85% em 2001, e 90% em 2004. Entre os anos de 1991 e 2007 houve um aumento de 9%, no que se refere à proporção da população que utiliza instalações de saneamento melhoradas.

Outras políticas criadas durante o governo Chávez e que contribuíram para os avanços sociais, foram:

- Missão *Mercal*:

O surgimento desta Missão está ligado às paralisações de 2002, em que o governo, estrategicamente, buscou garantir o abastecimento alimentar da população (LACRUZ, 2006). Assim, a missão Mercal através da comercialização e venda direta de alimentos básicos a preços solidários, passou a atender os setores mais pobres. A partir desta Missão, o governo criou restaurantes populares, casas de alimentação para setores de extrema pobreza e indigência, restaurantes escolares e industriais e o programa de educação e recuperação nutricional que atende as crianças com problemas de desnutrição. Esta missão está articulada com outros programas estratégicos de fortalecimento de produção alimentar nacional e com as missões produtivas da área agropecuária (MINCI, 2006).

- Missão *Guaicaipuro*:

Criada em outubro de 2003, consistiu no programa de reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades indígenas, através da demarcação de seus territórios, da garantia de seguridade agroalimentar e do fortalecimento autogestionário. Os povos indígenas foram reconhecidos no governo Chávez, a partir da Constituição de 1999, quando esta consagrou o caráter multiétnico e pluricultural da nação, determinando a representação obrigatória destes povos na Assembleia Nacional, como órgão supremo da soberania popular (MINCI, 2006). Em janeiro de 2007, no segundo mandato de Chávez, foi criado o Poder Popular para os Povos Indígenas.

- Missão *Miranda*:

Lançada em 2003, teve como meta a estruturação do Sistema de Reserva das Forças Armadas Nacionais, buscando torná-las um dos recursos humanos altamente qualificados, através da união cívico-militar, pronta para contribuir com a integridade do espaço geográfico, a cooperação na manutenção da ordem interna e a participação ativa no desenvolvimento nacional. As Forças Armadas, a partir da aliança civil-militar, participaram diretamente de várias missões bolivarianas.

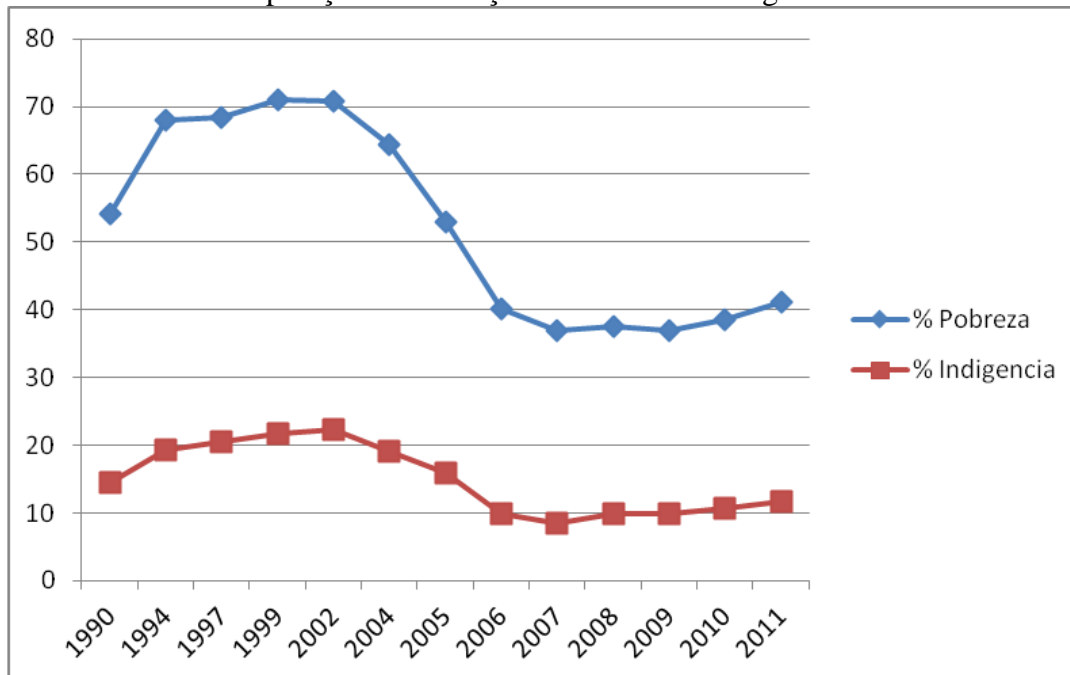
- Missão *Negra Hipólita*:

O governo Chávez criou esta missão em janeiro de 2006, com o propósito de atender e garantir os direitos de pessoas em situação de rua (desde crianças até adultos). O funcionamento desta missão é garantido pelos Comitês de Proteção Social, organizações comunitárias que tem como função diagnosticar a situação social em seu âmbito territorial.

A variedade de Missões criadas durante o governo Chávez, sem tocar nos problemas internos à gestão das mesmas, demonstraram o empenho do governo em construir uma democracia que apresentasse como base a justiça social. Mesmo que muitas políticas adotadas pelo governo tenham representado a cooptação da população para reverter em apoio político à figura de Chávez, as mesmas produziram resultados positivos para a população e para a democracia venezuelana. A pobreza, por exemplo, que atingia

49,4% em 1999, se viu reduzida a 29,5 em 2011. No mesmo período a taxa de indigência diminuiu de 21,7% para 11,7% (Gráfico 4).

Gráfico 4 – % da População em Situação de Pobreza e Indigência em nível Nacional

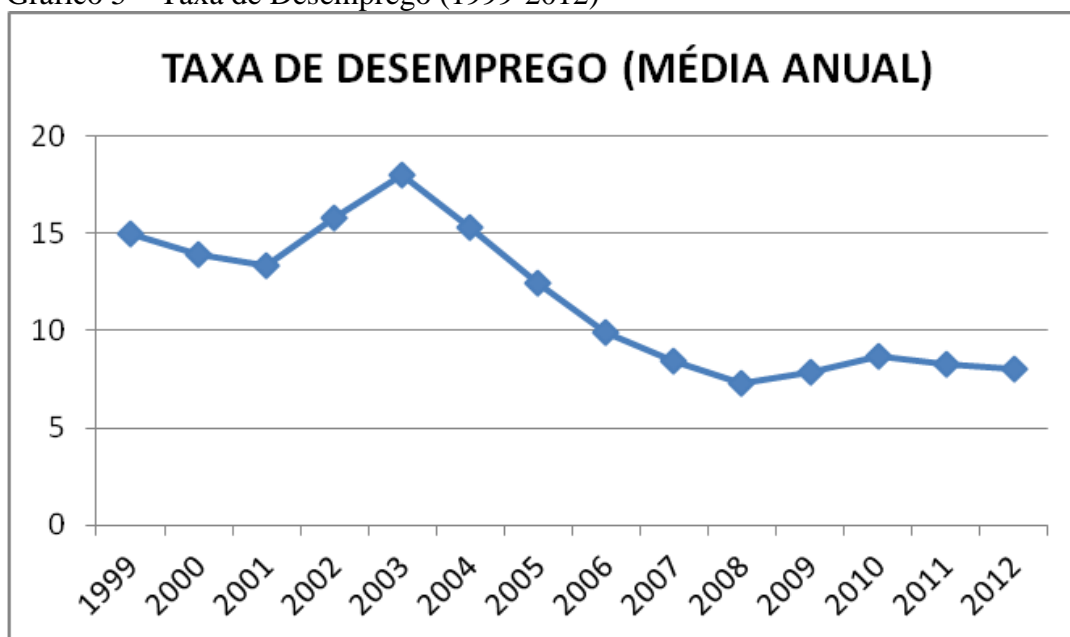


Fonte: CEPAL

Não é a toa que em 2006 quando houve uma queda significativa da pobreza e pobreza extrema, a aprovação da gestão do Governo Chávez tenha atingido 72% em 2006.

A taxa de desemprego (Gráfico 5) também se viu reduzida durante o Governo Chávez. No período de crise do governo com a oposição, a taxa de desemprego alcançou no ano de 2003, 18%.

Gráfico 5 – Taxa de Desemprego (1999-2012)

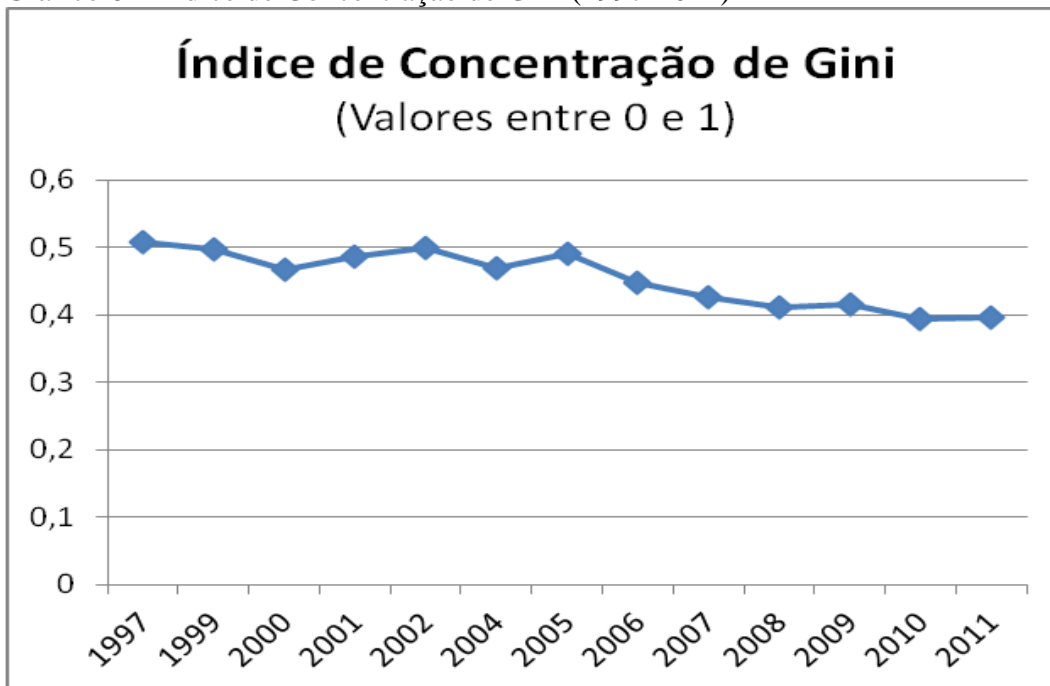


Fonte: CEPAL.

Após esse período e, justamente, quando se começa as Missões Bolivarianas a taxa de emprego começou a cair expressivamente, chegando a 8% em 2012.

No que se refere ao índice de Gini, o gráfico demonstra uma melhor distribuição e, logo, a redução da desigualdade.

Gráfico 6 – Índice de Concentração de Gini (1997-2011)



Fonte: CEPAL.

A média dos países da América Latina foi de 0,512 em 2010. A Venezuela, no mesmo ano, estava acima da média com 0,394.

Os dados apresentados demonstram uma melhoria nas condições sociais dos venezuelanos. O governo Chávez, neste sentido, abriu caminho para um novo cidadão, ou melhor, dizendo, um novo sujeito político, à medida que sua proposta de governo se concentrou prioritariamente nas necessidades e demandas de setores da população em situação de pobreza ou extrema pobreza. Neste sentido, entendemos que o estado se colocou como um facilitador do empoderamento dos setores sociais (LOPEZ MAYA, 2005; JACOME, 2007).

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão de Chávez representou a passagem da democracia pactuada, caracterizada por um estado mínimo que se isentou de seu papel garantidor de direitos, para a democracia participativa de Chávez. Os mecanismos de participação criados, a partir da Constituição de 1999 e a ênfase na dimensão social recolou o debate entre liberdade e igualdade. Embora, não haja uma negação da liberdade, entendemos que a democracia na era Chávez pressupôs para além das liberdades civis e políticas, a igualdade social.

Uma breve análise dos dados demonstrou que houve avanços no âmbito social, da democracia venezuelana na era Chávez, com o fortalecimento da justiça social como se pode observar com as melhorias na área da educação, saúde, emprego, diminuição da pobreza e melhor distribuição de renda. Dado que o processo de empoderamento dos cidadãos está diretamente vinculado à promoção de equidade e participação, podemos afirmar que avanços sociais do governo Chávez gerou o empoderamento dos cidadãos, os quais se tornam, de acordo com a concepção de O'Donnell (2011), cidadãos-agentes, à medida que estes passam a ter o poder de definir autonomamente sua identidade e interesses, ajudados pelos direitos e liberdades que o regime sanciona. Neste sentido, torna-se imprescindível, para futuros trabalhos e debates, a análise do grau de empoderamento dos cidadãos. A Venezuela, neste sentido, a partir do governo Chávez, constituiu um dos casos mais paradigmáticos para pensar o grau de empoderamento dos atores sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Angel E (2002). “El Estado y la Revolución <<Protagónica>>”. In: RAMOS, Marisa (ed.). *Venezuela: rupturas y continuidades del sistema político (1999–2001)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca.

ANZOLA NIEVES, Aurora Josefina (2007). “La sociedad civil y el principio Constitucional de corresponsabilidad en Venezuela”. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (org). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, Argos.

_____ (2012). La corresponsabilidad como principio Constitucional en Venezuela. *Revista Mexicana de Derecho Constitucional*, n°. 26, enero-junio.

ARCOS, Hugo Eduardo Ramírez (2009). Política social en Venezuela: Constitución, paradigmas y otros elementos para el debate. *Desafíos*, Bogotá (Colombia), (21): 163-193.

ASAMBLEA NACIONAL (2008). *Logros de la Revolución Bolivariana*. 2ª edición, Caracas: Asamblea Nacional, República Bolivariana de Venezuela.

BLANK, Carlos Aponte (2012). *La situación social de Venezuela: balance y desafíos*. ILDIS, Caracas, octubre.

CHÁVEZ, Hugo (2005). “1999: Año de la Refundación de la República”. *Selección de Discursos del Presidente de la República Bolivariana de Venezuela, Hugo Chávez Frías*. Tomo I, Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República.

COLLIER, David e LEVITSKY, Steven. (1996) “Democracy with Adjectives: Conceptual Issues in the Study of Democratization”. In: *Working Paper*, 230 – August. Disponível em: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/230.pdf>. Último acesso: 10/10/2011.

DAGNINO, Evelina (2004) “¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110.

DELGADO, Noemí (2008). Empowerment: del dicho al hecho, del hecho al derecho. *Tesis Final*. [Licenciatura en Trabajo Social]. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República. Uruguay.

GÓMEZ CALCAÑO, Luis (2001). “Concepciones de la ciudadanía social en las constituciones venezolanas de 1947, 1961 y 1999”, en *Cuadernos del Cendes*, Año 18, No 46, pp. 73-100.

ELLNER, Steve (2010). “La primera década del gobierno de Hugo Chávez. Logros y desaciertos”. In: *Cuadernos Del Cendes*, ano 27, n. 74.

_____ (2003). Venezuela imprevisible. Populismo radical y globalización. *NUEVA SOCIEDAD*, n°183, enero/febrero.

FUKUSHIMA, Kátia Alves (2008). “A comunicação como uma variável significativa nas relações de poder”. In: RINCÓN, Omar. *Los tele-presidentes: cerca del pueblo, lejos de la democracia* [crónicas de 12 presidentes latinoamericanos y sus modos de comunicar]. Bogotá: C3.

_____ (2010). *O governo Chávez e a luta pelo poder na Venezuela: uma análise dos atores políticos em conflito*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). São Carlos: UFSCar.

GÓMEZ CALCAÑO, Luis (2005). Actores y modelos de sociedad en la transición sociopolítica de Venezuela. En: CENDES, *Venezuela Visión Plural*. Tomo I, Colección Intramuros. Serie Académica. 1ª. Edición. Venezuela. (pp. 318-345).

HARDT, Michael, NEGRI, Antonio (2005). *Multidão*. Editora Record: Rio de Janeiro.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi e MEIRELLES, Giselle (2007). Problematizando o conceito de empoderamento. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia*. UFSC: Florianópolis, Brasil, 25 a 27 de abril.

JÁCOME, Francine (2007). A sociedade civil na Venezuela: Tendências atuais (1999-2006). In: SORG, B. e OLIVEIRA, M. (ED). *Seminário Sociedade Civil e Democracia na América Latina: Crise e reinvenção da política*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso ; Rio de Janeiro : Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

JORGE, Vladimir Lombardo (2009). “Reflexões sobre a democracia na Venezuela e no Brasil”. In: *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, n. 4, pp. 192-216, jan.- jun.

LACRUZ, Tito (2006). “Balance Sociopolítico: una ciudadanía social inacabada”. In: MAINGON, Thais (Coord.). *Balance y perspectivas de la política social en Venezuela*. Caracas: ILDIS.

LOPEZ MAYA, Margarita (2005). *Del Viernes Negro al Referendo Revocatorio*. Caracas: Alfadil.

_____ (2005a). *Luta hegemônica na Venezuela. A crise do puntofijismo e a ascensão de Hugo Chávez*. Caracas: Alfadil. Edição em português atualizada com acréscimo do cap. 16, sobre a conjuntura política até 2009.

O'Donnell, Guillermo (2011). *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo: Paz e Terra.

MINCI. *Las Misiones Bolivarianas* (2006). Colección Temas de Hoy. Caracas: Ministerio de Comunicación e Información (MINCI).

PARKER, Dick (2003). Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo? In: *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales*. vol. 9, n. 3.

PERAZA, Arturo (2007). “Democracia participativa en Venezuela”. SIC, n. 700, *Centro Gumilla*, dezembro.

PENFOLD, Michael (2001). “El colapso del sistema de partidos: explicación de una muerte anunciada”. In: CARRASQUERO, José, MAINGON, Thais (Eds.). *Venezuela en transición: elecciones y democracia 1998-2000*. Caracas: Redpol-CDB publicaciones.

POGREBINSCHI, Thamy (2013). El giro pragmático de la democracia en América Latina. *Nueva Sociedad*, jun.

PROYECTO NACIONAL “SIMÓN BOLÍVAR (2007). *Primer Plan Socialista de La Nación PPSN – Desarrollo Económico y Social de la Nación 2007-2013*. Caracas: Ediciones de la Presidencia de la República, septiembre.

ROMERO, Carlos A (2005). “Venezuela: de um sistema político a outro”. In: *DEP: Diplomacia, Estratégia e Política / Projeto Raúl Prebisch*, Brasília, vol. 1, no. 2, Brasília, Janeiro.

SANTOS, B. S; AVRITZER, L. (2002) Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, B. S. (org.). *Democratizar a democracia – os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SERRANO, Rafael Quiroz (2003). *Meritocracia Petrolera. Mito o Realidad?* Caracas: Panapo.

SILVA, Fabrício Pereira da (2009). *Vitórias na crise. Trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Tese de Doutorado (Ciência Política), IUPERJ, Rio de Janeiro.

SMITH, Peter H. e ZIEGLER, Melissa R. (2009). “Democracia Liberal e iliberal na América Latina”. In: *Opinião Pública*, vol. 15, n.2, Campinas.

VENEZUELA, Constituição (1999). *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela*, Caracas: Asamblea Nacional Constituyente.

VILLA, Rafael Duarte (2005). “Venezuela: mudanças políticas na era Chávez”. In: *Estudos Avançados*, 19 (55).

WEISBROT, Mark; RAY, Rebecca e SANDOVAL, Luis (2009). *El gobierno de Chávez después de 10 años: Evolución de la economía e indicadores sociales*. Washington D.C.: Center for Economic and Policy Research.